

POLICY NOTE

Alianças Globais pela Sustentabilidade

Izabella Teixeira

Ficha Técnica

Autora

Izabella Teixeira

Edição executiva

Anna Jaguaribe

Paula Carvalho

Coordenação editorial

Julia Dias Leite

Luciana Gama Muniz

Apoio editorial

Gabriella Cavalcanti

Henrique Vidal

Design gráfico

Presto Design

Realização:



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS



As opiniões externadas nessa publicação são de exclusiva responsabilidade de sua autora.

POLICY NOTE

Alianças Globais pela Sustentabilidade

Izabella Teixeira

Senior Fellow do Núcleo de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do CEBRI e Co-Presidente do Painel Internacional de Mudanças Climáticas (IPCC)

Política Internacional **Reorientação do Multilateralismo**

Este *policy note* reflete discussões do Projeto CEBRI-KAS sobre as direções futuras do multilateralismo.



Esse texto foi elaborado com base nos insumos do diálogo promovido pelo CEBRI-KAS, em 30 de julho de 2020, entre as especialistas Prof. Mariana Mazzucato, Prof. Monica de Bolle e Izabella Teixeira, facilitado pela Profa. Anna Jaguaribe. A íntegra do debate "*Global Alliances for Sustainability*" está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jEhsrFURd_Q.

1 Introdução

A crise sanitária global, iniciada em 2020, revela indícios robustos da insustentável relação homem-natureza experimentada no século XX e acentuada nas duas primeiras décadas do atual século. Muito tem sido dito sobre os limites do planeta e da sua resiliência, e sobre como a humanidade provoca o surgimento de uma nova era, o Antropoceno.

O Antropoceno emerge como um conceito das ciências geológica, atmosférica e planetária. Este se expressa pelas evidentes mudanças no clima que tem transformado a ecologia do planeta Terra e afirma que essas mudanças têm sido provocadas por atividades humanas. O conceito postula a relação interconectada e mútua entre as atividades humanas e o ambiente natural. Nesse sentido, o Antropoceno é um conceito para um mundo “depois da natureza”, no qual não há separação entre as atividades humanas e o ambiente natural. Tudo está conectado no Antropoceno (Kelly, 2019). Pela ciência, os indícios são que já experimentamos a nova era.

Os tempos atuais são atípicos, orientam novos futuros e não se baseiam mais no passado recente. As mudanças abrangem o mundo, as sociedades e a política. Embora as sociedades busquem traços indicativos da “normalidade” do passado recente, a verdade é que já experimentamos as transições de jeito de viver, de produzir, de ter e de pertencer. As conexões entre as atividades humanas e as transformações ecológicas marcam um mundo em transição e redesenham os campos político, econômico, social e tecnológico. As crises ambientais globais – mudança do clima, a perda da biodiversidade e o combate à poluição – modelam novos contextos de vulnerabilidades e riscos, de migrações, de desigualdades sociais, de estabilidade do sistema econômico-financeiro e da emergência das novas economias fortemente orientadas pelo conhecimento, pela inovação e por uma nova relação com a natureza.

O mundo em transição se insinua no contexto de uma outra relação entre a humanidade e a natureza. A sustentabilidade emerge como único caminho possível para sociedades interconectadas e demandantes de recursos ambientais escassos, e se consolida também como modeladora

de *softpower* entre sociedades contemporâneas. O mundo geopolítico já disputa espaços nessa equação de poder e de expressão de poder. O necessário alinhamento com essa nova contemporaneidade pauta-se por novos valores, novos interesses e novos caminhos para um mundo mais inclusivo, menos vulnerável e incerto, mais justo e solidário, e com outras rotas possíveis de desenvolvimento. Em um século XXI fortemente marcado pelas crises climática, democrática, social e sanitária, os desafios se aprofundam no campo das relações políticas e das responsabilidades de governos e do Estado.

O alinhamento com a agenda contemporânea da sustentabilidade demanda perceber o mundo como não uniforme e, tampouco, como hegemônico. A diversidade, a pluralidade, a heterogeneidade, a circularidade e a porosidade das relações entre sociedades conectadas e interconectadas modelam os possíveis caminhos para um novo entendimento do que é interesse coletivo global frente aos desafios que a agenda ambiental progressivamente impõe.

Por outro lado, se o mundo político não é homogêneo, a natureza também não se apresenta de maneira uniforme nos recortes geopolíticos do planeta. As assimetrias são profundas quanto aos ativos ambientais, ao acesso e ao uso eficiente de recursos naturais, e à alocação dos bens ambientais para o bem-estar de sociedades. As desigualdades ambientais associam-se às desigualdades sociais e à informalidade econômica no delineamento dos aspectos críticos do desenvolvimento humano em todo mundo.

É nesse contexto de assimetrias e de disputas globais marcadas pelas vulnerabilidades e riscos das crises climática e da natureza que se impõe o debate entre interesses nacionais de desenvol-

vimento e a corresponsabilidade de todos com a integridade ambiental e a proteção da natureza. Trata-se de uma outra face da agenda ambiental internacional. Segundo a ciência, os impactos causados pela ação do homem em sistemas globais compartilhados, como a atmosfera e os oceanos, têm o potencial de afetar a vida de todos no planeta. O enfrentamento requer ação internacional coordenada, orientada por sistemas próprios de governança, soluções permanentes e pelo estabelecimento de responsabilidades sobre os *drivers* determinantes de tais impactos. Nenhum país ou sociedade isoladamente pode resolver esses problemas, nem podem ser tratados sob o arcabouço legal e político dos impactos ambientais transfronteiriços.



O mundo em transição se insinua no contexto de uma outra relação entre a humanidade e a natureza. A sustentabilidade emerge como único caminho possível para sociedades interconectadas e demandantes de recursos ambientais escassos, e se consolida também como modeladora de *softpower* entre sociedades contemporâneas.



As perspectivas sobre sustentabilidade e a reorientação do multilateralismo expõem alguns aspectos interessantes do debate internacional. Questões como tempo de negociar, de decidir e de agir, e as ineficiências do sistema da Organização das Nações Unidas, as desigualdades ecológicas, os limites do crescimento, os débitos ou passivos sociais e ecológicos, as futuras populações, as novas gerações e estilos de vida, os valores morais e éticos, as liberdades e os regimes políticos determinam desafiadores contornos para o debate.

É nesse contexto de desafios complexos, que o projeto CEBRI-KAS 2020 buscou identificar e analisar as tendências que caracterizam a atual reorientação do multilateralismo e a perspectiva da agenda da sustentabilidade. Além disso, o projeto visou capturar visões sobre as economias emergentes, particularmente quanto ao Brasil.

2 As questões ambientais globais e a cooperação internacional

Em 2022, o debate global sobre desenvolvimento e meio ambiente celebrará cinquenta anos da realização da Conferência de Estocolmo, em 1972. Desde então, foram mais três cúpulas dedicadas ao tema (Rio 92, Johannesburgo 2002 e Rio + 20), além outras inúmeras conferências relativas a assuntos específicos que compõem a agenda global de sustentabilidade.

A década de 90 é reconhecida por muitos como uma “década de ouro” para a cooperação multilateral. Na preparação para o novo século, a período modulou novas visões para o futuro da humanidade. Novos conceitos e consensos globais foram alcançados em torno da sustentabilidade, clima e biodiversidade, dos direitos humanos, dos direitos da mulher e de populações indígenas e tradicionais, da vida em cidades e assentamentos humanos, da erradicação da pobreza, dentre outros. Os resultados das negociações e consensos promoveram uma espécie de legado para as novas gerações no século XXI e inauguraram um novo momento para o sistema multilateral.

Mesmo com a guinada dada pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 no ambiente multilateral, associado ao impulso aos temas de segurança global, a agenda de sustentabilidade deu prosseguimento em seu conteúdo político e científico. Como as políticas de sustentabilidade derivam do conhecimento científico e são baseadas em evidências, o ambiente político que se sucedeu foi determinado pela mobilização de diferentes *stakeholders*.

Tal situação acabou por determinar a criação e a consolidação de espaços políticos no sistema ONU dedicados à participação da sociedade civil e promotores de avanços em instrumentos de política voltados ao engajamento de atores subnacionais e não estatais. Este foi, certamente, um avanço relevante para o sistema de cooperação internacional, importante para a mobilização necessária à transformação que a sustentabilidade impõe às agendas econômica, social, tecnológica e da inovação. No entanto, embora afirmativa e com recepção

política positiva, a diversidade de temas e a complexidade econômica e social que encerram a sua implementação fazem da agenda de sustentabilidade um ativo de consenso político, mas com uma dinâmica de ação aquém das suas urgências.

Tal quadro de insuficiências e de incertezas não impediu que a sustentabilidade ganhasse progressiva importância e se reinventasse, em novos patamares, como na Conferência Rio +20, em 2012. Essencialmente diplomática, modelada por painéis de alto nível definidos pelo Secretário Geral da ONU, a Rio+20 levou à consecução dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2030, com os padrões de produção e de consumo como *building blocks*. Essa moldura dos ODS conferiu à sustentabilidade uma condição importante no sistema de cooperação internacional: é o único tema que traz todos os países juntos e alinhados, que não exclui nenhuma sociedade, e que tão pouco se organiza pelo arranjo clássico de poder político ou econômico: não há centros de poder.

A sinergia de ação e a convergência de resultados, necessários ao enfrentamento dos problemas ambientais globais e à renovação do multilateralismo, estão definidos pela Agenda 2030. Porém, a governança estabelecida para a sua implementação carece, ainda, de uma ação política mais estratégica, assertiva e estruturante à aceleração das mudanças que a sua implementação determina. Um recente fato promissor que merece ser observado diz respeito à perspectiva de mudança para uma maior concordância entre sustentabilidade e desenvolvimento, expressa pela decisão de abordagem da variável ambiental pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Outros possíveis caminhos para novos futuros mais sustentáveis e justos se insinuam, e o sistema ONU precisa agir com mais efetividade em torno da diversidade e da complexidade de temas que a agenda contempla. Isso requer a possibilidade de agregar diferentes conhecimentos e entender a demanda dos países e das sociedades por diferentes soluções. Parece ser imprescindível fazer uso da ciência, delinear novos instrumentos de políticas e novas métricas para a mobilização eficaz da comunidade global. Os ODS devem orientar missões ou agendas intersectoriais e que possam ser traduzidas em projetos concretos e tangíveis voltados aos objetivos das populações. É imperativo adicionar valor ao futuro no dia-a-dia da luta pelas necessidades locais.

Os desafios da sustentabilidade do desenvolvimento global esbarram em três grandes crises ambientais globais que exercem progressiva pressão e determinam urgência à renovação do sistema de cooperação internacional: (a) crise climática; (b) crise da poluição e da degradação da qualidade ambiental; (c) crise ecológica e da perda de biodiversidade. A complexidade que modela essas crises é, por si só, um desafio para a cooperação internacional. Elas encerram as insuficiências do sistema multilateral em prover soluções no tempo de suas urgências. Revelam, também, como o “passivo” do sistema multilateral nos coloca no futuro, uma vez que estão reconhecidas há mais de 30 anos pela comunidade internacional e pela ciência.



A sinergia de ação e a convergência de resultados, necessários ao enfrentamento dos problemas ambientais globais e à renovação do multilateralismo, estão definidos pela Agenda 2030.



Em relação à primeira crise, mesmo com o contexto geopolítico da agenda de mudança do clima sendo modelado pela implementação do Acordo de Paris, um avanço de visão do mundo sobre a urgência climática, os compromissos iniciais dos países para o seu cumprimento revelam-se aquém da urgência anunciada pela ciência para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Por isso, antes mesmo da implementação da sua primeira fase, a ciência e as sociedades pressionam o sistema multilateral por aumento de ambição de mitigação por parte dos países signatários. Tal quadro requer uma mobilização do sistema de cooperação internacional que, se por um lado, revela a exposição de interesses geopolíticos e econômicos de países grandes emissores (desenvolvidos e emergentes), por outro denuncia a fragilidade econômica e social dos países mais vulneráveis aos efeitos da crise climática.

Tem-se diante destes desafios um imperativo moral e ético com a vida justa para todos no planeta, e uma evidência de que as dinâmicas de real enfrentamento dos problemas climáticos são de outra natureza política, econômica e social, que se traduz em responsabilidades não mais limitadas ou circunscritas a governos. A mobilização e o engajamento de atores estatais e não estatais são essenciais para a renovação do sistema multilateral, embora ainda esbarrem em suas clássicas fragilidades: a pouca oferta de recursos financeiros, mandatos institucionais fracos, plataformas políticas do multilateralismo frágeis e novos *drivers* econômicos e sociais que não fazem parte ou são contemplados pelo sistema. Isto significa que as sociedades ambicionam mais e podem fazer mais pelo enfrentamento da crise climática do que o sistema multilateral recebe e reconhece. É a exclusão econômica e social moldando a perspectiva de uma inclusão política mais justa e permanente.

A assimetria entre a demanda das sociedades e a competência de enfrentamento dos governos é ilustrativa da incerteza sobre a capacidade de resposta do atual sistema de governança climática internacional. Caminhos que possibilitem fazer mais, com mais eficiência e mais rápido ainda são improváveis no jogo dos interesses geopolíticos que delinham o sistema multilateral. Dependente de inovadoras lideranças políticas e mudanças significativas, a urgência climática requer não somente originais decisões de agir, mas também determina um “fazer agir” alinhado com a comunidade global e com as sociedades nacionais.

O sistema multilateral vigente tem baixa capacidade de acomodar mudanças e, quando o faz, é de forma lenta, muito aquém do contexto de urgência climática que o mundo vive.

A segunda crise é a degradação ambiental, da poluição e do uso insustentável dos recursos naturais, provocando situações de desigualdades ambientais, o agravamento de desigualdades sociais e a pressão por migrações entre regiões e países. Com impactos diretos sobre a qualidade de vida, requer mudanças urgentes nos modos de produzir e de consumir da sociedade global. Os processos de desenvolvimento experimentados no século passado, e que seguem nos dias de hoje associados ao crescimento da população global, resumem a criticidade da capacidade do planeta em continuar ofertando os recursos e serviços ambientais que a humanidade demanda. As mudanças são urgentes e, de uma certa forma, começam a pautar o debate internacional nas áreas de comércio, da inovação e da economia. O papel do consumidor individual e dos mercados consumidores vem assumindo progressivo peso para a imposição de mudanças. Novas economias verdes emergem na trilha dessa demanda. Diferentemente da natureza, não é o acaso que determina a necessidade, e sim a urgência do presente em promover novos empregos, em lidar com os estilos de vida das novas gerações, em atender aos interesses dos investidores e de apropriar as transformações motivadas pelas economias da inovação e do conhecimento. O desafio é promover o desenvolvimento com base na conservação do meio ambiente e não mais na sua apropriação linear, sem limites, e que tem na poluição ambiental uma externalidade crítica.

A terceira agenda é, certamente, a mais complexa, pois envolve a natureza em si: a perda da biodiversidade e a possível ruptura de sistemas ecológicos que sustentam a vida no planeta. A pandemia provocada pela Covid-19 é ilustrativa dessa transição da natureza. A resiliência do planeta está em xeque: cada vez mais, retiramos da natureza além do que ela tem capacidade de repor. A velocidade de extinção de espécies é única nos tempos atuais. A extração de recursos naturais nos últimos 50 anos foi responsável por 90% da perda de biodiversidade e do estresse hídrico no planeta, e por 56% das emissões de gases de efeito estufa (UNEP, 2019). Os cenários que se anunciam não são promissores e, diferentemente do Acordo de Paris, ainda está pendente de negociação, em 2021, uma visão contemporânea pactuada sobre essa agenda.

A perspectiva-chave nos temas ambientais que orienta os debates sobre a renovação do multilateralismo precisa adotar caminhos que possibilitem a convergência das agendas de meio ambiente com os desafios de crescimento econômico e de redução das desigualdades sociais no futuro que se insinua. A crise da pandemia não estava no roteiro do sistema internacional e tão pouco da humanidade. Pode ser vista como útil politicamente por demandar, no curto prazo, uma visão global dos problemas e das soluções que a insustentável relação do homem com a natureza acarreta. A Covid-19 trouxe o futuro para o presente, e a sustentabilidade sugere os novos caminhos possíveis (e desejáveis) para a humanidade lidar com a urgência da realidade. A transição de mundos e de estilos de vida não busca por 'um novo normal' baseado no passado recente, e sim por novos futuros.



A assimetria entre a demanda das sociedades e a competência de enfrentamento dos governos é ilustrativa da incerteza sobre a capacidade de resposta do atual sistema de governança climática internacional.



3 Como ir adiante, então?

O mundo muda a passos largos, e a ordem internacional não está isenta de transformações. A primeira reação é abordar a necessidade de reinvenção do sistema multilateral, que vem sofrendo ameaças e acentuando, progressivamente, as suas fragilidades. É necessário que a ONU se reinvente de uma maneira inteligente, que possibilite sistemas inovadores de governança coletiva e corresponsabilidades.

O século XXI revela uma nova relação com o tempo. A comunidade global está interconectada física e digitalmente. O impacto da economia da inovação no jeito de viver é complexo, diverso e irreversível. O mundo que emerge do processo de transição demanda por um sistema aberto de cooperação internacional que permita reflexões permanentes, criativas e coletivas por parte de suas sociedades, e não somente de governos. Isso requer o desenvolvimento de novas capacidades de inteligência coletiva e arranjos férteis e produtivos voltados também para soluções regionais e locais. Essa inteligência demanda instituições capazes de ancorar engenhosas capacidades institucionais e instrumentos de política alicerçados nas diversas realidades.

O mundo contemporâneo requer que condicionalidades relacionadas a compromissos e responsabilidades ambientais e sociais sejam trazidas à mesa para promover mudanças nos modos de como a esfera internacional lidará com as parcerias público-privadas, o acesso ao crédito ou às compras. Essas mudanças podem estimular a responsabilidade corporativa, impulsionar a inovação e promover impactos significativos na qualidade dos serviços públicos e de bens, como enfatizou Mazzucato no webinar "*Global Alliances for Sustainability*".

No tocante aos espaços políticos, é importante não somente considerar a inclusão de diferentes *stakeholders* no sistema multilateral, mas também refletir essa inserção no mandato de formulação e de decisão de políticas. O sistema multilateral não pode ser meramente uma instância regulatória corretora de falhas de mercado. Ainda segundo Mazzucato, o sistema deve ser capaz de acolher e legitimar uma ambiciosa agenda criada de forma compartilhada pela diversidade des-

ses *stakeholders*. Para isso, deve ousar ao trazer outros atores para o jogo e criar instâncias de tomada de decisão com mandatos que serão renegociados e estabelecidos com base em novos consensos.

A inserção de novos atores no sistema multilateral é também provocadora de outros temas relevantes, notadamente por parte de movimentos políticos que ameaçam o próprio multilateralismo e a democracia. É estratégico que os processos que levam a tais ameaças e vulnerabilidade sejam contidos e neutralizados para que se assegurem as bases de suporte ao multilateralismo por parte das futuras gerações. Tais movimentos também põem em xeque as agendas de sustentabilidade, meio ambiente e clima, bem como o enfrentamento às desigualdades sociais. Portanto, a abrangência da demandada reforma do sistema multilateral requer mais ambição, não podendo se limitar à importante inovação institucional.

Nesse contexto, impõe-se refletir sobre a complexidade dos problemas e suas correlações de causa e efeito, "traduzir" o conhecimento para a heterogeneidade de realidades e ter grande capacidade de comunicar às pessoas a veracidade e a variedade de soluções. Para trilhar os caminhos das novas economias verdes orientadas pela sustentabilidade, deve-se evitar as interpretações simplistas da resolução de problemas. Os desafios são de transformação do jeito de viver, de conviver, de produzir, de consumir, de incluir, de promover bem-estar, de conectar e de estar conectado. Novos futuros demandam por novas histórias.

Outro ponto a ser mencionado diz respeito à abordagem das condições equitativas de concorrência entre países. Para mover-se nas trilhas dos ODS

e do Acordo de Paris, os países terão que desenvolver estratégias próprias de crescimento orientadas pela digitalização e pelo progressivo “esverdeamento” de suas economias. O esvaziamento do papel dos Estados também é uma barreira real para possibilitar as mudanças necessárias.

Para avanços concretos no enfrentamento dos problemas ambientais globais é essencial que se reconstruam as capacidades institucionais dos Estados e se redesenhem os instrumentos de política que balizam a sua ação. É crítico que se desenvolvam características intra-organizacionais que propiciem capacidades institucionais de adaptação à complexidade dos problemas, por intermédio de portfólios de abordagens flexíveis, entre as organizações públicas internacionais, nacionais e subnacionais. Faz-se necessário minimizar os ambientes de mútua desconfiança institucional e lidar com a baixa capacidade do alinhamento de respostas, muitas vezes devido às particularidades das necessidades locais.

As mudanças de perspectivas de investidores internacionais motivadas pela sustentabilidade são uma realidade emergente. É preciso saber ouvir, entender e entregar as soluções certas e mais adequadas às realidades nacionais. Os tempos atuais também são de repensar o papel e as responsabilidades do setor privado. Os investimentos responsáveis (RI, da sigla em inglês) conquistaram o seu *momentum* e são cada vez guiados pela plataforma ESG (*Environment, Social, Governance*), que consolida o consenso de ser aplicável a qualquer segmento.

Por outro lado, deve-se observar uma condição essencial para o setor privado ser um ator estruturante de mudanças: a disponibilidade de informações, dados e métricas comuns, um ponto sensível e também aplicável ao setor público e ao sistema internacional. A demanda por dados confiáveis relacionados ao risco climático e às incertezas quanto ao regime hídrico ou aos efeitos nos serviços ecológicos, por exemplo, é uma realidade no mundo de investimentos e de negócios. As ferramentas de *innovative big data* são peças-chave para permitir que investidores ampliem os seus compromissos e responsabilidades orientados pela plataforma ESG. O tempo de repensar é também uma realidade crítica dos investidores e dos setores de negócios.

Com a crise provocada pela a pandemia da Covid-19, a necessidade de remodelar a cooperação entre países e sociedades ganhou urgência. As instituições internacionais e nacionais têm investido maciçamente na recuperação da economia do mundo. A disputa entre o *business as usual* e a escolha por alocação de dinheiro público em opções verdes de recuperação econômica define os contornos de novas tendências políticas e geopolíticas. Embora motivados por valores e interesses nacionais distintos, a emergência de *Green New Deals* (GND) nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa e na China são percebidos, por muitos atores, como uma chance única de combater a mudança do clima e propiciar os avanços necessários para a sustentabilidade.

Nos Estados Unidos, embora visto inicialmente com certa desconfiança e como não plausível por membros do Congresso, o GND acabou sendo recepcionado por lideranças democráticas em suas várias versões, e fez parte da pauta democrata das eleições presidenciais de 2020. Na Europa, o GND é a expressão da ideia de utopia verde, acolhedor de novos valores, de novos comportamentos individuais e coletivos, e que tem na infraestrutura o motor da transformação. A reconstrução de sistemas que fazem possível a vida moderna é um predicativo da ideia de proteger o planeta e da restauração verde da economia (Klinenberg, 2020). Além disso, o GND modela novas expressões de poder geopolítico e econômico e de inserção internacional dos europeus, além da demanda por novos regramentos e compromissos que guiarão os seus interesses. No caso chinês, a “Civilização Ecológica” volta-se ao equacionamento de necessidades locais com co-benefícios globais. Contribui para posições afirmativas da China de fortalecimento do sistema multilateral e de protagonismo político e tecnológico no enfrentamento à emergência climática, além de favorecer percepções mais amigáveis sobre a imagem do país.

Muitos são os debates e caminhos sugeridos para a renovação do multilateralismo e da revalorização do seu papel no século XXI. Com as crises da saúde, da economia e do clima, e a exposição visceral das desigualdades sociais, parece ser impensável que as ambições multilaterais contemporâneas não levem em consideração as agendas de proteção social, da mudança do clima e de saúde pública global, segundo argumentou Monica de Bolle no webinar.

4 O alinhamento do Brasil com a contemporaneidade: Amazônia sustentável

Como esses novos caminhos do multilateralismo devem lidar com as realidades e sociedades nacionais? O que é particular e o que é universal nas trajetórias de desenvolvimento dos países emergentes? Como as agendas ambientais modelam interesses nacionais e globais? Ainda, como retrocessos políticos podem afetar (ou não) o enfrentamento aos problemas globais ambientais?

Esses questionamentos são ilustrativos de uma outra dimensão de desafios para a cooperação internacional: evitar retrocessos, inovar no alinhamento das sociedades com o futuro, estabelecer legítimos espaços políticos para a construção de sinergias de interesses comuns e ser mais eficiente na facilitação de instrumentos e de meios que promovam soluções para necessidades locais alinhadas com visões globais.

Conforme mencionado na introdução, a importância das discussões internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento remonta à década de 70. Um desvio no debate internacional foi promovido pela Conferência de Estocolmo ao provocar novas fronteiras do diálogo entre países, além da trilogia do desenvolvimento, descolonização e desarmamento. À época, a decisão do Brasil foi tratar a temática ambiental no âmbito da agenda de desenvolvimento. Na medida em que o debate sobre meio ambiente avançava nos fóruns internacionais, o Brasil entendia que deveria ser o maior especialista em Brasil, numa evidência dos seus interesses de soberania (Correa do Lago, 2020).

Os anos 90 marcaram um novo momento da agenda ambiental na esfera internacional. Os impactos das atividades humanas no meio ambiente ganharam dimensão global, não mais se restringindo aos problemas transfronteiriços. Em 1974, a ciência denunciava o buraco na camada de ozônio, a primeira questão ambiental verdadeiramente global, pois impactava a vida de todos no planeta. O sistema multilateral se movimentou para construir as soluções políticas, tecnológicas e de financiamento, atribuindo responsabilidades e deveres. Da Convenção de Viena, em 1985, até o Protocolo de Montreal, em 1989, e a implementa-

ção total das soluções efetivas de eliminação dos gases responsáveis, em 2010, levou-se 25 anos.

A mesma trajetória política foi adotada pelo sistema multilateral para a agenda de mudança do clima. Motivada pela ciência e pelo potencial de impacto global, a ONU lançou o debate, em 1987, e os países decidiram pela Convenção-Quadro de Mudança do Clima na Conferência do Rio, em 1992, encerrando um longo debate entre países desenvolvidos e em desenvolvimento a respeito de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Os passos seguintes não são tão exitosos quanto ao encaminhamento de soluções definitivas. A humanidade continua exposta à ameaça da mudança do clima, embora esforços renovados com a vigência do Acordo de Paris indiquem possibilidades de novos caminhos. A superação dos impasses depende essencialmente de soluções no campo da energia, tema que afeta a todas economias do mundo, particularmente os países desenvolvidos.

Além das emissões associadas à energia, a urgência climática tem no uso da terra outra importante fonte de emissões de gases de efeito estufa. Nesse caso, países em desenvolvimento e emergentes também detêm responsabilidades diretas. Por conta das emissões associadas ao desmatamento na Amazônia e à pecuária, o Brasil está entre os dez maiores emissores de carbono no mundo, mesmo que as suas responsabilidades históricas remetam a 3% do total das emissões globais registradas desde 1750.

Em 1988, as emissões de carbono oriundas do desmatamento e das queimadas na Amazônia

ganharam visibilidade internacional. A floresta queimava e era desmatada numa magnitude até então sem precedentes. O Brasil, inicialmente, negou-se a reconhecer o problema perante a comunidade internacional e alegava ingerência nos interesses e na soberania nacional. Uma posição ousada e inovadora da diplomacia brasileira permitiu que o debate fosse recepcionado pelo Brasil, quando da decisão de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. A comunidade internacional teve oportunidade de conhecer as realidades e os desafios brasileiros, sem qualquer violação de soberania e dos interesses nacionais. Também, foi possível alcançar o equacionamento de visões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no tocante aos problemas ambientais globais, responsabilidades e plataformas de ação. No caso da mudança do clima, por exemplo, os impasses entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento foram superados com a afirmação política e científica da energia como principal *driver* da crise climática.

A partir de 1992, a credibilidade internacional do Brasil cresceu progressivamente no segmento da sustentabilidade e da proteção ao meio ambiente. O governo federal exerceu papel coordenador e indutor de novas políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável, inclusive para a proteção socioambiental da Amazônia. É deste período que se negocia o primeiro programa de proteção das florestas tropicais no âmbito da cooperação internacional, o Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). A questão florestal se consolidava como uma prioridade para a diplomacia ambiental brasileira e já ocupava a atenção dos brasileiros.

Na perspectiva internacional, é importante perceber a evolução da temática e o engajamento do Brasil, refletido nas suas políticas externas e ambiental. Em Estocolmo, o Brasil concordou que o tema meio ambiente deveria ser tratado sob a ótica dos desafios do desenvolvimento e defendeu a decisão do sistema multilateral de trazer o tema para a agenda internacional. No Rio, em 1992, o Brasil se integrou ao movimento multilateral. Em Johannesburgo, em 2002, o Brasil passou a conduzir a agenda do desenvolvimento sustentável. A consolidação dessa liderança é exposta na Rio+20, com os ODS, e em 2015, com o Acordo de Paris. Essa trajetória e a estrutura político-institucional necessária para a consolidação da am-

bição de expressão de *softpower* com as questões ambientais, de sustentabilidade e climática só se mostraram possível e viável com a integração da sociedade brasileira para que se viabilizassem as soluções negociadas.

No entanto, o alinhamento com a contemporaneidade requer novas visões e esforços adicionais. Não se trata somente do que o Brasil tem hoje em termos de ativos ambientais preservados, e sim do que o país se compromete a preservar e proteger e como esses objetivos alinham-se com a sua trajetória de crescimento econômico e de proteção social. Portanto, o discurso de que o Brasil preservava em termos de estoques enquanto o desmatamento e poluição crescem (fluxos de degradação) não é convincente e vulnerabiliza cada vez mais a imagem do país no contexto internacional.

Assim como o mundo mudou, a cooperação internacional também mudou. É preciso sermos ambiciosos e termos compromissos e políticas robustas, eficientes e transparentes se quisermos fazer parte do mundo internacional com o protagonismo e os benefícios, além das responsabilidades que nos cabem. O mundo não nos deve nada. É importante que o Brasil pare de promover guerras contra o passado e se volte, de fato, para os novos futuros.

Para viabilizarmos as soluções para os nossos problemas, primeiramente é importante reconhecer que eles existem. Para termos soluções, é essencial sabermos o que queremos como país e que tipo de sociedade ambicionamos ser. Não há cooperação internacional e parcerias construtivas sem sermos ambiciosos e claros quanto aos nossos interesses. A convergência de interesses fundamenta as ações acordadas e a cooperação. Não adianta falar das maravilhas da jabuticaba se o mundo não conhece a jabuticaba.

O Brasil está fragilizado e sob forte questionamento internacional mais por questões internas e suas contradições do que por questões externas e respectivos interesses. A agenda socioambiental é um dos pontos críticos da atual exposição internacional do Brasil, tendo como destaque, a destruição ambiental da Amazônia brasileira. Portanto, um realinhamento do país com o mundo e com a contemporaneidade requer o equacionamento dessa situação. A Amazônia pôs o Brasil no mundo no século XXI, e, hoje, a Amazônia tira o Brasil do mundo.



Para viabilizarmos as soluções para os nossos problemas, primeiramente é importante reconhecer que eles existem. Para termos soluções, é essencial sabermos o que queremos como país e que tipo de sociedade ambicionamos ser.



A percepção internacional sobre a Amazônia está baseada em três aspectos importantes:

- (a) O desmatamento desenfreado e a destruição ambiental acelerada do seu território e dos domínios sociais e culturais. O Brasil está perdendo a maior floresta tropical do mundo para o crime ambiental e se afastando do protagonismo na consecução de suas metas climáticas;
- (b) O papel regulador do clima, do regime hídrico e dos serviços ecológicos que a floresta presta, ou seja, os impactos na atmosfera decorrentes da sua destruição, sinalizados pela ciência, e o debate internacional sobre *global commons* e as fronteiras planetárias.
- (c) Os retrocessos praticados quanto aos direitos de populações indígenas e tradicionais sobre a terra e seus bens culturais. A agenda de segurança e garantias individuais e coletivas, dos direitos humanos e da democracia adotada pelo atual governo brasileiro põe em xeque a credibilidade e a imagem do país.

Nesse contexto, a reação do governo brasileiro é guiada por contradições, pelo negacionismo climático e ambiental, pela guerra de narrativas políticas, pela nomeação de “inimigos do Brasil”, dentre eles a ciência e a sociedade civil brasileira, e por dois anos consecutivos de aumento de desmatamento e de não demarcação de qualquer território para populações indígenas ou tradicionais.

As instâncias subnacionais, a mídia e a imprensa, a sociedade civil, a ciência, parte do empresariado, o legislativo nacional e o judiciário federal se posicionam contrários aos desmontes institucionais e aos retrocessos praticados pelo atual governo federal no que se refere às políticas ambientais, em particular na Amazônia. A reação acontece progressivamente na sociedade brasileira. A busca por espaços para o diálogo internacional com vistas a soluções permanentes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia é um dos sinais mais evidentes do momento atual. No entanto, deve-se assinalar que embora importante, o processo revela-se ainda incipiente e demanda por plataformas de governança inovadoras, não necessariamente disponíveis no atual sistema de cooperação internacional.

Os problemas que a Amazônia de hoje vivencia devem ser definidos como *wicked*: mau formulados, informação ambígua, diversidade de partes e de interesses, e expectativas conflitantes de soluções. Não há planejamento de uso do território. A expansão de fronteiras urbanas segue pondo pressão sobre a floresta. Os comportamentos culturais dos *amazônidas* definem os padrões de uso da terra urbana. Não há visão; não há planos; não há lógica. Amazônia de facto *laissez-faire*. Os *trade-offs* envolvem as áreas desmatadas, as *commodities* agrícolas e florestais e serviços associados, além da demanda por infraestrutura e logística que não deve ser negligenciada face às novas economias verdes, dos serviços ambientais promovidos pela floresta, do potencial de mercado de carbono e da bioeconomia 4.0.

Para lidar com as perspectivas de curto e longo prazos, é preciso saber explicar, inicialmente, a Amazônia para os brasileiros e, depois, para o mundo. O que é a Amazônia para o Brasil e o que é o Brasil para a Amazônia? A sua realidade não é de um território florestal homogêneo, embora a floresta preservada seja densa, contínua e diversa. Com um território ocupado por vários usos, tem cerca de 80% dos seus 25 milhões de habitantes vivendo em ambientes urbanos.

Por outro lado, a sua importância transcende os limites políticos e territoriais dos países que compõem a bacia amazônica. Isso talvez possa explicar como as sociedades civil brasileira, pan-amazônica e internacional são capazes de promoverem uma coalizão para a sua proteção e debater o seu futuro. É possível que isto também fundamente como, mesmo que informalmente, a sociedade

global promova espaços políticos e alianças para a sua proteção, enquanto os governos patinam perdidos em arranjos regionais inócuos para lidar com os problemas da região, ou promovem retrocessos na sua proteção e na sustentabilidade do seu desenvolvimento.

A Amazônia deve ser percebida como uma realidade estabelecida e um desafio estratégico sem precedentes. A Amazônia é dos brasileiros e o exercício da soberania determina reponsabilidades. Tal situação demanda boas formulações do quadro-problema e suas conexões, além de sólidas explicações sobre as soluções possíveis e sobre os processos de escolhas. Não há espaços para guerras de narrativas e bravatas políticas quando o mundo se volta para o enfrentamento das crises ambiental e climática.

É imperativo que o Brasil se movimente com transparência e robustez nos mundos geopolítico, econômico, ambiental e reputacional para uma nova inserção internacional. Esse movimento envolve necessariamente soluções para a Amazônia. O impacto dessa postura não se limita ao fim do desmatamento ou à redução das desigualdades sociais. Deve, também, contribuir para que quebre a inércia dos atuais processos de cooperação internacional e se mude o olhar sobre os problemas ambientais globais. Assim como é preciso uma nova mentalidade política para enfrentar as crises ambiental e climática, também é preciso uma nova mentalidade política para lidar com os desafios do desenvolvimento sustentável na Amazônia. É necessário inovar, ser flexível e criativo para lidar com soluções de desenvolvimento orientadas pelo futuro, pelos novos futuros.



A Amazônia deve ser percebida como uma realidade estabelecida e um desafio estratégico sem precedentes. A Amazônia é dos brasileiros e o exercício da soberania determina reponsabilidades.



5 Conclusão

Nos próximos dez anos, a humanidade vai viver os seus “loucos anos 20” do século XXI. O mundo está em transformação, e a ambição não deve ser a volta um “novo normal”, mas sim ir em frente com os novos futuros. Não se trata de reescrever o passado, e sim de romper a inércia do presente. Não há como fazer isso sem a cooperação entre sociedades e países em um mundo conectado e globalizado.

Portanto, a cooperação internacional deve ser renovada. Não com base nas velhas receitas – inovação das instituições, decisões circunscritas a governos ou a eterna disputa entre Estados e mercado. O futuro não é mais uma projeção linear do passado. A sociedade contemporânea deve ser criativa, flexível, engajada, conectada e, possivelmente, com uma nova relação com a natureza. Os jovens já tratam esse tema como parte dos valores de viver em sociedade, de produzir e de consumir e de existir.

Os problemas ambientais globais afetam a todos e, portanto, demandam a mobilização conjunta. A demanda é por uma inteligência coletiva para pensar o mundo, e também para estimular inovação e novos comportamentos. A disputa não será mais sobre de quem é a responsabilidade. Não deverá haver mais a dicotomia entre o Estado e o mercado. Todos somos responsáveis. A questão-chave é como se governa os processos de transição e de transformação. Os conflitos precisarão ser recepcionados e enfrentados se quisermos inovar e seguir em frente. Para avançarmos na economia da inovação, as disputas geopolíticas precisarão ser recepcionadas pelos espaços internacionais de cooperação, por exemplo.

A crise da pandemia fez emergir situações críticas como as desigualdades sociais e ambientais. Também, evidenciou a necessária e urgente reformulação da cooperação internacional para lidar com os novos futuros e as vulnerabilidades e riscos associados. Por outro lado, revelou que não são evidentes os espaços políticos para ouvir as pessoas que demandam por rápidas mudanças. Os atuais sistemas de cooperação internacional multilateral se revelam insuficientes para dar conta do que as sociedades demandam, mesmo que a sustentabilidade seja o único tema global

que une todos os países de maneira convergente no sistema multilateral.

Saber ouvir as pessoas, comunidades e sociedades que reivindicam por mudanças é uma condição essencial para países que objetivam futuros orientados por missões e projetos concretos. É preciso uma nova mentalidade para enxergarmos os problemas e a complexidade econômica, social e cultural que cercam a humanidade na sua relação predatória com a natureza, ou se, de fato, vamos buscar soluções orientadas para o futuro sustentável.

O Brasil tem de superar a atual equação de ser um “vencedor no passado” e um “perdedor dos novos futuros”. É importante retomar a sua inserção internacional alinhada com a contemporaneidade. Os caminhos para dialogar com o mundo passam pela composição do desenvolvimento sustentável da Amazônia e, para isso, é essencial que os brasileiros compreendam a Amazônia, entendam que ela é parte do país e que precisa estar inserida na visão contemporânea do Brasil. Como fazer isso? Certamente, a cooperação internacional pode contribuir, mas tem de se reformular para saber lidar com complexidades locais e globais. É importante que as soluções de desenvolvimento sustentável assegurem que a vida na Amazônia seja contemporânea, com alta tecnologia, viável e com bem-estar.

O fato de a Amazônia inserir o Brasil no universo internacional deve ser visto como um aspecto positivo pelos brasileiros. Se formos capazes de parar os retrocessos que levam à degradação ambiental da região, como já o fizemos no passado recente, o Brasil tem um patrimônio que nenhum outro país detém e cujo valor está em progressivo reconhecimento pelo mundo. O Brasil está de costas para a Amazônia!

Se o olhar for ampliado para a bacia amazônica, as possibilidades de inserção internacional e de liderança política ganham outra perspectiva. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é o único organismo internacional com sede-central no Brasil, e isso deveria propiciar um novo momento de exercício de poder positivo internacional por parte dos países pan-amazônicos. Trata-se de um elemento de poder real, além de expressão internacional de *softpower*.

É relevante ter ambição e saber a construir uma imagem para a Amazônia contemporânea e sustentável. Não se faz isso sem uma inteligência coletiva sobre a Amazônia e sobre o Brasil. Não se faz isso sem resolver os passivos ou tampouco sem ambicionar o futuro no presente. Não se faz isso sem a compreensão da importância da Amazônia e do Brasil e sem cooperação internacional. Não se faz isso sem democracia e sem justiça social e ambiental. Não se faz isso sem as sociedades e sem os brasileiros. A responsabilidade é nossa!



É relevante ter ambição e saber a construir uma imagem para a Amazônia contemporânea e sustentável. Não se faz isso sem uma inteligência coletiva sobre a Amazônia e sobre o Brasil.



Referências

Chomsky, N. & Pollin, R. *Climate Crisis and the Global Green New Deal*. London, Verso Press, 2020.

Corrêa do Lago, A. A. *Webinar Históricos dos Grandes Eventos e Perspectivas da Governança Global*. CEBRI & Fundação Brasileira do Desenvolvimento Sustentável – FBDS. Rio de Janeiro, 2020.

Corrêa do Lago, A. A. *Conferências do Desenvolvimento Sustentável*. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão. 2013.

IPBES. “The assessment report on Land Degradation and Restoration – Summary for Policymakers”. UNEP, 2018.

IRENA. Global Commission on the Geopolitics of Energy Transition. *A New World: the Geopolitics of the Energy Transition*. Abu Dhabi, 2019.

International Resource Panel (IRP). *Global Environmental Outlook*. IRP/UNEP, 2019

Jaguaribe, A. *Reorienting Multilateralism? International Insertion in changed conditions*. CEBRI & IBRACH’s Project Proposal. Rio de Janeiro. 2019.

Kelly, D. *Politics and the Anthropocene*. Cambridge: Polity Press, 2019.

Klinenberg, E. *The Great Green Hope* – The New York Book Review of Books – April 23, 2020 – Volume LXVII, Number 7. Pp.55-58

Wang, Y. *China’s Ecological Civilization Development, green and low carbon transition, for addressing climate change: opportunities and challenges*. Diálogos CEBRI-iCS, Rio de Janeiro, mar. 2019.

Sobre o CEBRI



O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é um *think tank* independente, que contribui para a construção da agenda internacional do Brasil. Há mais de vinte anos, a instituição se dedica à promoção do debate plural e propositivo sobre o cenário internacional e a política externa brasileira.

O CEBRI prioriza em seus trabalhos temáticas de maior potencial para alavancar a inserção internacional do país à economia global, propondo soluções pragmáticas na formulação de políticas públicas.

É uma instituição sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e reconhecida internacionalmente. Hoje, reúne cerca de 100 associados, que representam múltiplos interesses e segmentos econômicos e mobiliza uma rede de profissionais e organizações no mundo todo. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes na sociedade brasileira.

PENSAR
DIALOGAR
DISSEMINAR
INFLUENCIAR

#2 Think tank da América do Sul e Central

University of Pennsylvania's Think Tanks and Civil Societies Program 2019 Global Go To Think Tank Index Report

Diretoria e Conselhos

Presidente
José Pio Borges

Presidente de Honra
Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes
Jorge Marques de Toledo Camargo
José Alfredo Graça Lima
Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos
Daniel Klabin
José Botafogo Gonçalves
Luiz Augusto de Castro Neves
Rafael Benke

Conselheiros Eméritos
Celso Lafer
Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Luiz Fernando Furlan
Marcos Azambuja
Pedro Malan
Roberto Teixeira da Costa
Rubens Ricupero

Diretora-Presidente
Julia Dias Leite

Conselho Curador

André Clark
Anna Jaguaribe
Armando Mariante
Arminio Fraga
Carlos Mariani Bittencourt
Cláudio Frischtak
Demétrio Magnoli
Edmar Bacha
Gelson Fonseca Junior
Henrique Rzezinski
Ilona Szabó
Joaquim Falcão
José Aldo Rebelo
José Luiz Alquéres
Luiz Ildefonso Simões Lopes
Marcelo de Paiva Abreu
Marcos Galvão
Maria do Carmo (Kati) Nabuco
de Almeida Braga
Paulo Hartung
Renato Galvão Flôres Junior
Roberto Abdenur
Roberto Jaguaribe
Ronaldo Veirano
Sergio Amaral
Vitor Hallack
Winston Fritsch

Conselho Consultivo
Internacional

Albert Fishlow
Alfredo Valladão
André Corrêa do Lago
Andrew Hurrell
Antonio Patriota
Felix Peña
Flávio Damico
Jackson Schneider
Julia Sweig
Kenneth Maxwell
Leslie Bethell
Marcos Caramuru
Marcos Jank
Monica de Bolle
Sebastião Salgado

Senior Fellows

Adriano Proença
Ana Célia Castro
Ana Paula Tostes
André Soares
Benoni Belli
Carlos Milani
Clarissa Lins
Daniela Lerda
Denise Nogueira Gregory
Diego Bonomo
Evangelina Seiler
Fabrizio Sardelli Panzini
Fernanda Guardado
Fernanda Magnotta
Hussein Kalout
Izabella Teixeira
Larissa Wachholz Leandro
Rothmuller
Lia Valls Pereira
Mário Ripper
Matias Spektor
Miguel Correa do Lago
Monica Herz
Patrícia Campos Mello
Paulo Sergio Melo de Carvalho
Pedro da Motta Veiga
Philip Yang
Ricardo Sennes
Rogerio Studart
Sandra Rios
Tatiana Rosito
Vera Thorstensen
Victor do Prado

Associados

Abiquim	Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira	Light
Aegea	Dynamo	Mattos Filho Advogados
Aeróleo Táxi Aéreo	EDP	Museu do Amanhã
BAMIN	Eletrobras	Michelin
Banco Bocom BBM	Embaixada da China no Brasil	Neoenergia
BASF	ENEVA	Oktri Empreendimentos
BMA Advogados	ENGIE Brasil	Paper Excellence
BDMG	Equinor	Petrobras
BNDES	ExxonMobil	Pinheiro Neto Advogados
BRF	FCC S.A.	Prumo Logística
Brookfield Brasil	Grupo Lorentzen	Repsol Sinopec
Bunker One	Grupo Ultra	Sanofi
Captalys Investimentos	Huawei	Santander
CCCC/Concremat	IBÁ	Shell
Comerc Energia	IBRAM	Siemens Energy
Consulado Geral dos Países Baixos no Rio de Janeiro	Icatu Seguros	Souza Cruz
Consulado Geral da Irlanda em São Paulo	InvestHK	SPIC Brasil
Consulado Geral do México no Rio de Janeiro	Ipanema Investimentos	State Grid
Consulado Geral da Noruega no Rio de Janeiro	Itaú Unibanco	Tecnoil
CTG Brasil	JETRO	Total E&P do Brasil
	Klabin	Vale
	Lazard	Veirano Advogados
		Vinci Partners

Equipe CEBRI

Diretora-Presidente
Julia Dias Leite

Diretora Relações
Institucionais e Comunicação
Carla Duarte

Diretora de Projetos
Luciana Gama Muniz

PROJETOS

Gerente de Projetos
Lara Azevedo

Consultoras
Cintia Hoskinson
Marianna Albuquerque

Estagiários
Gustavo Berlie
Larissa Vejarano

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E EVENTOS

Gerente de Relações
Institucionais e Eventos
Barbara Brant

Consultores
Caio Vidal
Nana Villa Verde

Estagiário
Lucas Bilheiro

COMUNICAÇÃO

Consultora
Gabriella Cavalcanti

Estagiário
Henrique Kress

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Coordenadora
Administrativa-Financeira
Fernanda Sancier

Assistente
Kelly C. Lima

Política Internacional **Reorientação do Multilateralismo**



Centro Brasileiro de Relações Internacionais

Rua Marquês de São Vicente, 336 Gávea
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

cebri@cebri.org.br

www.cebri.org



Konrad-Adenauer-Stiftung e.V. (KAS)

Klingelhöferstraße 23
10785 Berlin
Germany

Tel.: +49 30 26996-0

Fax: +49 30 26996-3217

zentrale@kas.de

www.kas.de